Raça, cor e cultura no Censo 2000

Simon Schwartzman
(1996)

Os recenseamentos brasileiros nas últimas décadas incluíram uma questão sobre a "cor" das pessoas, que o IBGE tem também mantido nas pesquisas anuais por amostra de domicílio (PNAD). Esta pergunta foi introduzida como uma tentativa, sem dúvida inadequada, de captar e medir as características étnicas ou raciais da população brasileira. A preocupação com a "raça" estava muito presente no Brasil de antes da guerra, quando predominava a idéia de que as características dos indivíduos derivavam sobretudo de suas características biológicas e genéticas. Hoje este conceito está praticamente abandonado, e é particularmente sem sentido em um país como o Brasil, caracterizado por uma grande miscigenação racial e cultural. No entanto, existem diferenças importantes na população brasileira que estão associadas à variável "cor", e neste sentido também às diferenças de "raça", apesar da grande imprecisão e dificuldades de interpretação destes conceitos. O consenso entre os especialistas é que mais vale ter a informação imprecisa da "cor" do que deixar de ter este tipo de informação.

É necessário, no entanto, avançar mais. Os termos usados pelos recenseamentos pretendiam ser neutros, uma descrição fria da cor da pele, mas a verdade é que as palavras "preto", "pardo" e "amarelo" têm conotações que nem sempre agradam às pessoas assim classificadas, que poderiam preferir ser tratadas como "negro", "mestiço" ou "asiático", ou não receber nenhum destes tratamentos. O conceito de "pardo" é amplo demais, e pode incluir tanto a população de ascendência afro-brasileira como de origem indígena, em diversos graus de miscigenação.

A solução mais adequada parece ser a de substituir a pesquisa sobre "raça" ou "cor" por informações relativas à origem étnica, ou à ascendência das pessoas. Trata-se de perguntar, não a cor da pele, nem a raça, mas se a pessoa se considera como de origem portuguesa, espanhola, afro-brasileira, hispano-americana, indígena, alemã, judáica, japonesa ou outra, e permitir que cada pessoa possa se situar em uma ou mais destas alternativas. Esta informação não tem como deixar de ter um forte componente de subjetividade, já que, tanto quanto em relação à "cor", trata-se de uma auto-classificação, e não de uma pesquisa objetiva sobre os antepassados das pessoas. Uma informação mais detalhada deveria dizer se os antepassados estão na primeira, segunda ou terceira geração, mas, como os fluxos de migração para o Brasil estiveram concentrados em períodos relativamente limitados, este detalhamento poderia ser dispensado.

Apesar das deficiências da pergunta sobre cor, pode ser conveniente mantê-la no Censo do ano 2000 ao lado da de origem, para manter a comparabilidade com o passado, e para permitir, através do cruzamento das duas variáveis, entender melhor o sentido das respostas para a pergunta sobre a cor. Uma vez feita esta avaliação, os censos futuros já poderiam abandonar o quesito de cor.

Uma questão final é sobre se o item sobre cor, ou origem, deveria constar no questionário básico ou do questionário da amostra do Censo do ano 2000. O argumento a favor da inclusão no questionário básico é que a etnia é uma característica básica da população brasileira, e por isto deveria ser utilizado em todas as tabelas e processamentos dos dados censais. Por outro

lado, seria possível pensar que nem toda a população considera a origem étnica como uma característica importante e identificadora de sua identidade social, e que isto não deveria ser aceito e postulado pelo IBGE. Como se trata, de toda forma, de um dado impreciso e de interpretação problemática, me pareceria mais adequado manter a questão na amostra, preservando desta forma a simplicidade do questionário básico, e permitindo que os resultados às perguntas sobre "cor" e origem sejam analisados em maior profundidade.